11:50 42%

CARLOS GÓES

oglobo.com.br/economia
economia@oglobo.com.br

Lições de uma tragédia climática

A crise que hoje ocorre no Rio Grande do Sul tem sido corretamente tratada como uma crise climática. Mas o que isso quer dizer — e que lições desta crise devem ficar para o futuro?

O clima é um sistema complexo, sendo muito difícil estabelecer a causalidade da mudança climática sobre qualquer evento em particular. Mas o que os climatologistas conseguem afirmar definitivamente é que eventos extremos (de muita chuva e muita seca, por exemplo) devem ocorrer com maior frequência à medida que a temperatura do planeta aumenta.

Ou seja, se chuvas similares à atual ocorriam a cada 80 a 100 anos (como a enchente de Porto Alegre de 1941), elas agora devem ocorrer em intervalos menores.

Além disso, uma importante lição da pesquisa econômica sobre esse tema é que os custos de aumentos grandes da temperatura média do planeta não são capturados por uma simples extrapolação das relações históricas entre economia e temperatura. Isso porque existem limites críticos em que as perdas se tornam mais relevantes.

Resumindo os estudos existentes para a revista Science, os economistas Marshall Burke, Solomon Hsiang e Edward Miguel mostram que a produtividade dos trabalhadores se mantém estável até aproximadamente 30°C e cai a partir daí. O mesmo ocorre com a produção agrícola.

A ideia é que, a partir de determinado limite, as condições ambientais e infraestruturais deixam de estar adaptadas a cada atividade. Aumentos pequenos que não cruzam determinado limite não têm muito impacto, já aumentos maiores, sim. Por isso, a frequência de eventos extremos importa.

Para entender essa lógica dos extremos: se chover 10 vezes mais que a média histórica, os custos associados à chuva vão ser mais de 10 vezes os custos habituais. A partir de determinado limite, a infraestrutura elétrica, de drenagem e de transporte é muito mais afetada, e as perdas crescem exponencialmente.

Tudo isso aponta para a necessidade de medidas de adaptação à realidade da mudança climática. Há alguma evidência de que a capacidade de adaptação pode limitar os efeitos de eventos extremos.

Por exemplo, os pesquisadores Esha Zaveri, Richard Damania e Nathan Engle mostram que secas extremas levam a perdas de produção econômica muito grande em países em desenvolvimento, mas não em países ricos, pois estes conseguem se adaptar melhor a tais eventos. Além disso, o trabalho do Nobel de Economia William Nordhaus indica que o valor necessário para mitigar as perdas geradas por cada tonelada adicional de carbono emitida (chamado de "custo social do carbono") aumenta à medida que a temperatura do planeta sobe.

No Brasil, pensou-se em um plano de adaptação às mudanças climáticas relativamente cedo. Contudo, parte relevante desses esforços acabou podada por interesses políticos.

Em 2013, chegou ao governo o economista ambiental Sérgio Margulis, com longa carreira no Banco Mundial. Junto a Marcelo Neri, ele montou uma equipe para pensar as adaptações necessárias na infraestrutura, logística e políticas públicas brasileiras antes de 2040. A ideia era traçar planos para a adequação de portos, da infraestrutura urbana e da matriz energética à mudança climática.

Parte do trabalho envolvia o uso de simulações computacionais para projetar temperatura e chuvas. A maior parte dos cenários sugeria mais secas no Norte-Nordeste e mais chuvas no Sul-Sudeste.

Mas a técnica esbarrou em um empecilho político: projetava-se uma redução da capacidade em boa parte das hidroelétricas do país. Isso, num momento em que a presidenta Dilma capitaneava megaprojetos como a Usina de Belo Monte.

O resultado: Neri acabou substituído por Mangabeira Unger, que exonerou Margulis e sua equipe. Segundo entrevistas recentes de Natalie Unterstell, diretora do programa Brasil 2040 à época, os estudos nunca foram divulgados de forma integral pelo governo. Ou seja, o que incomodava acabou engavetado.

Muito se discute sobre as falhas de governo mais óbvias em meio a esta tragédia. Mas aquelas que talvez sejam ainda mais consequentes ocorreram anos atrás, com a negligência das políticas de adaptação por vários governos.

A tragédia climática que ocorre hoje é primordialmente uma tragédia humana. O mais importante é mobilizar recursos para salvar vidas. Mas quando os restos sedimentarem, será necessário pensar em meios para adaptar o país, a economia e a vida a esta nova realidade de extremos.

Haddad diz que busca trajetória de ajuste nas contas

Segundo ministro, déficit público atingiu o acumulado de R$ 2 trilhões na última década, e governo atual está recompondo a base fiscal. Ele ressalta que o país está com uma inflação 'bem controlada'

BERNARDO LIMA
bernardo.lima@bsb.oglobo.com.br
@ombuds

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o governo busca uma trajetória de ajuste nas contas públicas após dez anos consecutivos de déficit primário, nas suas palavras. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva fixou como zero (ou seja, receitas iguais às despesas) a meta de resultado das contas públicas de 2024.

— Nos últimos dez anos, foram R$ 2 trilhões de déficit público, e eu tenho dito que isso não favorece um crescimento maior da economia brasileira. O que está garantindo isso é justamente fazer o que estamos fazendo, recompondo a base fiscal do Estado brasileiro, que foi erodida ao longo desses anos — afirmou o ministro a jornalistas no Ministério da Fazenda.

CRÍTICAS DE ECONOMISTAS

Segundo Haddad, o governo está buscando uma trajetória de ajuste:

— Nós estamos procurando justamente fazer uma trajetória de reajuste, depois de 2022, onde houve um enorme desarranjo em função do processo eleitoral.

Conforme mostrou ontem O GLOBO, economistas apontam uma piora no quadro das contas públicas a curto e longo prazo, o que, segundo especialistas, dificulta o crescimento da economia brasileira.

BREWNO CARVALHO/25-4-2024

Haddad. Ministro diz que não é possível corrigir erros de dez anos em um curto período

Entre as preocupações a curto prazo, são apontadas, por exemplo, as mudanças nas metas fiscais de 2025 e 2026, com alteração no arcabouço fiscal para antecipação de R$ 15 bilhões nos gastos. A longo prazo, economistas alertam para a resistência do governo a atacar as despesas, citando ainda a dinâmica de gastos da Previdência e a política de correção do salário mínimo.

Segundo o ministro, no entanto, a busca pela trajetória de ajuste não é simples. Ele disse que não é possível corrigir erros cometidos por dez anos em um curto período de gestão e afirmou que a inflação está sob controle:

— Estamos com uma inflação bastante controlada. A inflação deste ano vai ser menor que a do ano passado. A do ano passado foi bem menor que a do ano anterior, sobretudo levando em consideração as distorções provocadas pelo populismo da desoneração dos combustíveis, que gerou um efeito perverso sobre as contas públicas. Isso tudo está sendo corrigido. Mas você não consegue corrigir dez anos em seis meses.

A meta de inflação para 2024 é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos. Ou seja, ela será considerada cumprida caso fique entre 1,5% e 4,5%.

Em abril, o IPCA, que mede a inflação oficial do país, acumulado dos últimos 12 meses foi de 3,69%. No ano passado, ele encerrou em 4,62%, dentro da meta estipulada.

Zanin suspende decisão sobre desoneração da folha para permitir acordo

DANIEL GULLINO
daniel.gullino@bsb.oglobo.com.br
@ombuds

O ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia intensivos em mão de obra até o fim de junho, a fim de que, nesse prazo, o governo federal e o Congresso concluam o acordo sobre o tema. Zanin atendeu a um pedido do Executivo.

No fim do mês passado, o ministro suspendeu a desoneração da folha desses 17 setores e dos municípios com menos de 156 mil habitantes, também a pedido do governo.

Agora, com o avanço das negociações entre o Planalto e o Legislativo, o ministro estabeleceu que a decisão que suspendeu a desoneração só se torne válida dentro de 60 dias, contados a partir de 25 de abril — ou seja, até junho. Caso o acordo não avançasse nesses dois meses, a desoneração voltaria a ser suspensa.

Com a decisão de Zanin, as empresas e os municípios afetados não terão de recolher um tributo maior sobre suas folhas no dia 20 deste mês. A desoneração permite que empresas substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários, por uma alíquota sobre a receita bruta — que varia de 1% a 4,5%, conforme o setor.

A desoneração atinge setores econômicos que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Entidades empresariais e sindicatos ressaltam que ela é importante para a geração e manutenção de emprego e renda.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou, ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), um acordo para um modelo de reoneração gradual da folha.

O acerto prevê que, este ano, seja mantida a contribuição sobre o faturamento. A partir de 2025, haverá um aumento progressivo da cobrança sobre a folha, começando em 5%, acompanhado da redução gradual do tributo sobre o faturamento, para equalizar a carga tributária.

Na quinta-feira, foi anunciado acordo semelhante para os municípios.

Para que esses acordos sejam concretizados, o senador Efraim Filho (União-PB), apresentou um projeto, que deve ser votado semana que vem no Senado.

O projeto de lei que prorrogou a desoneração até 2027 foi aprovado pelo Congresso por ampla maioria no ano passado. O presidente Lula vetou o texto, mas o veto foi derrubado pelo Congresso. O governo decidiu enviar um projeto de lei sobre a reoneração mas, em abril, recorreu ao STF.

Contra crise imobiliária, China anuncia pacote de US$ 42 bi

BC do país vai liberar recursos para que estatais comprem imóveis encalhados

PEQUIM E FVS

No mais ambicioso pacote de resgate do setor imobiliário já lançado na China, o governo do presidente Xi Jinping anunciou ontem que o banco central do país vai liberar 300 bilhões de yuans (US$ 42 bilhões) para que estatais comprem imóveis encalhados.

O programa foi anunciado ontem em Pequim pela vice-presidente do Banco Popular da China (o BC chinês), Tao Ling. Os recursos serão liberados para 21 entidades estatais, incluindo bancos e demais instituições financeiras, para que comprem apartamentos hoje à venda.

Essas entidades serão encorajadas a financiar outras estatais nas províncias chinesas, também para comprar imóveis encalhados "a um preço razoável", afirmou Tao. A expectativa é que os recursos representem, na ponta, US$ 69 bilhões para a compra de moradias com taxas de juros subsidiadas.

A crise imobiliária da China é hoje o maior obstáculo ao crescimento econômico do país, com construtoras endividadas entrando em profunda crise financeira, imóveis encalhados e atraso na entrega de novos projetos. Só este ano, as vendas desabaram 47%.

O anúncio do pacote fez as ações da Vale subirem 1,96% no Ibovespa, o que ajudou a contrabalançar um pouco a queda dos papéis da Petrobras. O principal índice da B3 recuou 0,10%, aos 128.150 pontos. Na semana, acumulou alta de 0,43%.

Já as ações da Petrobras caíram pelo terceiro dia consecutivo: as ordinárias (PETR3) perderam 1,83%, e as preferenciais (PETR4) recuaram 1,66%. Na semana, a queda superou os 10%.

O dólar comercial fechou em queda de 0,55%, a R$ 5,10. Na semana, recuou 1,07%. (*Luana Reis, com Bloomberg News*)

JADE GAO/AFP

Vazios. Só este ano, as vendas de imóveis na China acumulam um tombo de 47%. Crise dificulta crescimento econômico